



## O EPISTEMICÍDIO E A LEGITIMAÇÃO DAS FILOSOFIAS E MEMÓRIAS ANCESTRAIS AFRICANAS

Santana Taciana Mariz Félix

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN (Brasil)

Endereço eletrônico: tacialalattes01@gmail.com

Shirlene Santos Mafra Medeiros

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN (Brasil)

Endereço eletrônico: shirlenemafra@yahoo.com.br.

Diego dos Santos Reis

Universidade Federal da Paraíba – UFPA (Brasil)

Endereço eletrônico: diegoreis.br@gmail.com

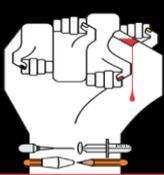
2140

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo discutir e causar reflexões acerca dos domínios violentos sobre nossos corpos-mentes, territórios e produções de conhecimentos, advindos dos processos colonialistas do Norte sobre o Sul Global. Nos atentamos, sobretudo, aos eventos continuados de epistemicídio (CARNEIRO, 2005), que enquanto povo colonizado, enfrentamos desde de a invasão sobre nossos territórios da primeira modernidade, até os dias atuais através do sistema capitalista. Discutiremos com a filósofa Sueli Carneiro (2005), o epistemicídio enquanto tentativas continuadas de assassinatos e deslegitimação dos conhecimentos, memórias e identidades afro-brasileiras, africanas e não-eurocategorizadas (indígenas, mulheres, ciganos e etc.).

Percebemos que, a negação das filosofias africanas nas grades curriculares das universidades e o descumprimento das leis 10.639/03 e 11.645/08, que garantem o ensino das culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas em todos os níveis da educação brasileira (NOGUERA, 2020), são uma das formas de controle e regulação do acesso ao *saber-poder* e ao *ser* (LUGONES, 2014; MALDONADO-TORRES, 2008; QUIJANO, 2009). Esse controle de acesso é um dos mecanismos que sustenta a continuação do epistemicídio.

Em contrapartida, a resistência e reconstrução das memórias e conhecimentos ancestrais (MEDEIROS, 2016; KRENAK, 1999) nos possibilitam abrir veredas nos espaços hegemônicos, como nas universidades e nas escolas. As filosofias africanas (RAMOSE, 2011; NOGUERA, 2020, OYÉWÚMÍ, 2021) nos dá concretas possibilidades de descolonização e reparação histórica, além de, nos conduzir para a construção de



sociedades pluriversais (RAMOSE, 2011) contra as barbáries ocidentais da razão universal instrumental.

A compreensão acerca dos conhecimentos universais, nos coloca frente a colonialidade do *poder-saber* onde universal, advindo do “latim *unius* = único e *versus* = alternativa de” (RAMOSE, 2011, p. 9), corresponde a “única alternativa” de possibilidade de conhecer, organizar e experienciar o mundo. Alternativa que está localizada nos domínios geopolíticos dos conhecimentos branco-euro-patriarcal do colonialismo. O que nos conduz a buscar o paradigma da pluriversalidade, onde as narrativas e formas de compreender o mundo são plurais, de acordo com a sua constituição simbólica, cultural, temporal, histórico-político e geográfico. Onde cada povo e grupo humano (bem como não-humano) possui sua forma legítima de *estar e ser* no mundo.

2141

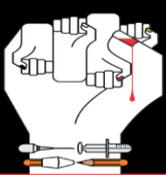
## METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa é de cunho bibliográfico, numa abordagem qualitativa, tem como objetivo reconhecer a relevância das Filosofias africanas, sobretudo da ética ubuntu na reconstrução da dignidade dos povos e grupos colonizados através da reparação histórica, reconhecendo a legitimidade das memórias e conhecimentos ancestrais. Trata-se também de identificar como o pensamento universalista promovido pelo sujeito branco masculino da razão universal legitima as violências coloniais, como o epistemicídio e genocídio do Norte global sobre o Sul global.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os processos de epistemicídio, segundo a filósofa Sueli Carneiro (2005), são os assassinatos e as tentativas continuadas de apagamento e deslegitimação sobre os corpos, conhecimentos, memórias, culturas e identidades africanas, afrodescendentes, indígenas, e de grupos<sup>41</sup> que são considerados não-possuidores da “racionalidade universal”; assim como, o epistemicídio cria uma “fábrica” de produção de identidades subalternas através da marginalização e do não-acesso a condições de vidas dignas, dando continuidade ao mantimento dos projetos colonialistas norte-referenciados. A partir do evento do epistemicídio, percebemos que ocorreu em nosso território um genocídio promovido pelas missões eurocristãs e legitimadas pelos discursos científicos

<sup>1</sup> Mulheres, LGBTQIA+ e identidades minorizadas historicamente pelo sistema euro-patriarcal.



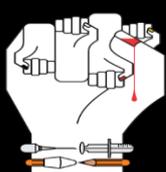
e filosóficos da razão instrumental “universal”. Assim, nossos ancestrais foram categorizados pelos colonizadores como “irracionais”, “selvagens”, possuidores de narrativas meramente míticas. E seus descendentes, herdaram o estereótipo de possuidores de corpos-não-pensantes, sobretudo, os descendentes negros e indígenas, explorados pelo pacto da branquitude<sup>52</sup> do Sul Global. Nesse sentido, através do epistemicídio como controle e dominação sobre os saberes ancestrais, o conhecimento assume um lugar de exclusão e classificação de categorias de poder nas academias e espaços de produção científicos, figurado pela estrutura que chamaremos de colonialidade do poder, do saber e do ser (LUGONES, 2014; MALDONADO-TORRES, 2008; QUIJANO, 2009). Que controlam o acesso ao poder das estruturas econômicas, geográficas, sociais, culturais, intersubjetivas, das produções de conhecimentos. Através desses acessos e exclusões, como evidencia a filósofa Sueli Carneiro (2005), o epistemicídio é:

[...] para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Nos colocamos a pensar e praticar as descolonizações das grades curriculares de nossas universidades e escolas, exigindo o cumprimento das leis 10.639/03 e 11.645/08, que pontuam que: “os estudos de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena são obrigatórios em todas as modalidades de ensino e níveis de educação” (NOGUERA, 2020, p. 17). A partir dos movimentos de lutas dos movimentos sociais negros e indígenas, vamos reconstruindo as práticas e valores que afirmam a vida dos nossos ancestrais de África e de nosso território Abya Yala<sup>63</sup>. Através da investigação sobre nossas raízes, da compreensão sobre nossa ancestralidade e miscigenação violenta; por

<sup>2</sup> A branquitude é: “sempre um lugar de vantagem estrutural do branco em sociedades estruturadas pelo racismo, ou seja, todas aquelas colonizadas pelos europeus, porque a ideia de superioridade surge ali e se espalha via colonização. Dessa forma, colocam as definições vindas da branquitude como se fossem universais. O que chamamos de História Geral, por exemplo, deveria ser chamada de “História branco - europeia” (FARIAS *apud* SCHUCMAN, 2019).

<sup>3</sup> Abya Yala na língua do povo Kuna, significa “Terra Madura”, é a denominação do nosso continente do Sul e do Centro, do qual os colonizadores chamaram de “América”. O povo Kuna é um povo originário da Serra da Nevada na Colômbia (PORTO-GONÇALVES, 2009).



meio do estudo das filosofias africanas, indígenas, nas instituições educacionais, que nos ensinam uma não-fragmentação dos seres (humanos e não-humanos) que coexistem em tempo e espaço, podemos reconstruir nosso lugar de pertença (MEDEIROS, 2016), onde nossas humanidades são concretizadas e dignificadas por meio do equilíbrio com várias outras formas de existência. Diferente da compreensão ocidental, onde o ser humano, em especial o homem, não está apenas fora da natureza, mas contra e superior a ela.

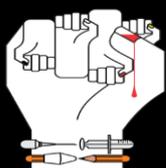
A ética ubuntu, do tronco étnico-linguístico Bantu, de maior concentração na África do Sul e uma das etnias mais traficadas na colonização para o Brasil (RAMOSE, 2011; MALOMALO, 2019), nos ensina a conviver em *ukama*<sup>74</sup>, que seria o equilíbrio entre todas as formas de vida, onde o ser humano (*umuntu*) é mais uma vida na natureza. A ética ubuntu nos coloca que quando ferimos, agredimos, violamos outro ser humano (ou ser vivo), estamos retirando de nós mesmos a nossa condição *ubuntu* (mais próximo da tradução das línguas ocidentais é “humanidade”). O *ubuntu* é uma filosofia da resistência contra a desumanização colonial e que reconstrói nossas humanidades conduzindo primeiro para praticar a disseminação dos conhecimentos ancestrais como sementes nas universidades, escolas, comunidades, espaços públicos, encontros políticos de movimentos sociais e, principalmente, em nossas casas e famílias. Como na filosofia ubuntu, nos propõe uma não-fragmentação dos vários modos de existência, onde o ser é sendo em totalidade em tudo o que existe. Ou seja, o ser é não apenas aquilo que existe e estar no mundo, mas, também é aquele que pergunta pelo ser. E esse ser se concretiza através de outros seres, como no aforismo bantu: “*Umuntu ngumuntu ngabantu*” (LE GRANGE, 2015, p. 9), que se traduz na seguinte assertiva: “uma pessoa se torna uma pessoa através de outras pessoas”. Assim, a pluriversalidade nos coloca enquanto seres em comunidade, e nossa condição *umuntu*<sup>85</sup>, naturalmente, nos conduz a lidar com a diversidade da vida em comunidade.

## CONCLUSÃO

O pensamento-prática de nossas/os ancestrais africanos nos faz perceber outras formas de organizações que nos dão alternativas ao modo de vida destrutivista capitalista. Necessitamos ocupar espaços de conhecimentos para a disseminação dos saberes ancestrais contra-coloniais africanos, indígenas, não-eurocategórico para que possamos através do conhecimento, da educação, modificar as estruturas colonialistas, e através

<sup>4</sup> Palavra bantu para equilíbrio.

<sup>5</sup> Palavra Bantu para ser humano.



dacompreensão e de modificação, percebermos também que podemos existir ao invés de nos anularmos, de anularmos nossos ancestrais. Necessitamos de filosofias-práticas pluriversais que afirmem a vida em totalidade.

**PALAVRAS-CHAVES:** Epistemicídio. Memórias ancestrais. Filosofias africanas.

## REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. Tese de Doutorado.

FARIAS, Erika. Pesquisadora explica conceito de branquitude como privilégio estrutural. **Agência Focruz de Notícias**, 2019. Disponível em: <https://agencia.focruz.br/pesquisadoraexplica-conceito-de-branquitude-como-privilegio-estrutural>. Acesso em: 15 de fev. de 2022

KRENAK, Ailton. O Eterno Retorno do Encontro. *In:* NOVAES, Adauto (Org.). **A Outra Margem do Ocidente.** Minc-Funarte/Companhia Das Letras, 1999.

LE GRANGE, Lesley. Ubuntu/Botho como uma ecofilosofia e ecosofia. Tradução para uso didático de LE GRANGE, Lesley. Ubuntu/Botho as Ecophilosophy and Ecosophy. **Journal of Human Ecology**, 49(3), 2015, p. 301-308., por Leonardo da Silva Barbosa.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 71-114, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/695> Acesso em 19 de mar. de 2021.

MALOMALO, Bas'llele. Ubuntu como projeto alternativo de sociedade diante da crise social, econômica, política e ambiental do modelo desenvolvimentista ocidental: um olhar a partir da América Latina e África. **As desigualdades de gênero e raça na América Latina no século XXI.** [recurso eletrônico] /Márcia Esteves de Calazans *et. al.* (Orgs.) Porto Alegre, RS: Editora Fi. p. 511- 533, 2019

MEDEIROS, Shirlene Santos Mafra. **Memória e Identidade Social da Formação Docente em Rio de Contas-BA, nas décadas de 1920 a 1960:** reminiscências das educadoras e educadores da Cátedra à Universidade. 2016. 337 p. Tese (Doutorado) – Curso de Filosofia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade do Estadual do Sudeste da Bahia, Bahia, 2016.

NOGUERA, Renato. **O ensino de filosofia e a lei 10.639.** Rio de Janeiro: Pallas: Biblioteca Nacional, 2014.

OYÊWÙMÍ, Oyèrónké. 2021. **A Invenção das Mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.